



Entrevista coletiva concedida pelo Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, após encerramento do Fórum Econômico Mundial

Davos - Suíça, 26 de janeiro de 2007

Jornalista: Na sua reunião com o Tony Blair, pelo que eu soube, houve uma conversa em torno do que o senhor... Posso lhe chamar de você, não é?

Presidente: Me chame de companheiro.

Jornalista: Companheiro. Você vem insistindo, companheiro, em que (inaudível) político, ou seja, que os líderes, etc. e tal, que todo mundo... Parece que essa questão ressurgiu e o Tony Blair está de acordo. Eu queria saber se vocês chegaram a algum formato para esse (inaudível) dos líderes, não dos negociadores que, evidentemente, (inaudível). Mas vocês combinaram algum tipo de ação política dos líderes ou de levar essa conversa a outros líderes? Ele disse, inclusive, que o Bush falou com a Angela Merkel, como você também já fez.

Presidente: Eu estou disposto a discutir outra vez com a Angela Merkel, estou disposto a discutir outra vez com o Chirac, a discutir com o presidente Bush, a discutir com o (inaudível), a discutir com todos, porque eu acho que isso tem que desenrolar até o mês de abril.

O que eu tenho conversado com os presidentes e tenho conversado com o Tony Blair é o seguinte: nós estamos vivendo uma situação em que nós temos os negociadores, que vão para a mesa de negociação, uns com mais representatividade, outros com mais liberdade, e outros que vão possivelmente até como escudos, para que não haja o acordo em função das situações políticas de cada país.



Eu disse ao Tony Blair que, em algum momento, nós vamos ter que nos posicionar enquanto estadistas que assumem uma posição para garantir um futuro melhor para as futuras gerações, sobretudo dos países mais pobres. É preciso que a gente saia da situação administrativista e entre na questão política do mundo. As questões econômicas envolvidas são pequenas, não são tão grandes. Nós estamos propondo que os europeus permitam o acesso aos produtos agrícolas; nós estamos pedindo que o presidente Bush reduza o subsídio; nós estamos dispostos a fazer, enquanto Brasil e G-20, as concessões nos serviços, na questão de produtos industriais. Estamos dispostos a convencer o Congresso Nacional, a convencer os nossos parceiros, da importância desse acordo para o mundo, sobretudo quando, pela primeira vez, entra a palavra “investimento”.

Imaginem vocês o que significa se os países africanos estiverem produzindo o etanol ou o biodiesel para vender para os países europeus, que benefício não seria para a humanidade. Imaginem se o presidente Bush diminuísse o subsídio, e ao invés de continuar fazendo etanol do milho, resolvesse comprar o etanol dos países da América Central, que benefício que a gente não faria, porque é o comércio vinculado a uma política de desenvolvimento que poderia ser a cara do século XXI, na agricultura, como foi a cara do século XX, na indústria.

É o desafio que está colocado para nós e eu estou convencido. Eu disse ao Tony Blair: “Olha, parece que você não vai mais ser primeiro-ministro, é o que eu vejo nos jornais”, ele deu risada, não confirmou. É o último mandato do Bush, é meu último mandato, e tem outros presidentes importantes que estão no último mandato. Então, que legado nós vamos deixar para o mundo, nessa questão do comércio? Qual é a esperança que a gente vai passar para os países que estão precisando de um apoio dos países ricos? Tem que ter essa abertura. Veja, eu não falo isso para o Brasil, não, porque o Brasil, na questão agrícola, é competitivo com qualquer país do mundo.



Jornalista: Quem ganhava (inaudível) a OMC?

Presidente: E ainda temos brigado na OMC e temos ganhos. Eu falo é para os países mais pobres. Eu tenho desafiado, Clóvis, os empresários brasileiros a estender parcerias com os países da América Central para produzir etanol na América Central e aproveitar os acordos que os países têm com os Estados Unidos e vender o etanol sem imposto. Vamos deixar o milho americano para dar “sustança” para as nossas galinhas, para os nossos porcos, para os nossos animais.

Ou seja, é isso que eu penso, e eu penso que é hoje. Nós nunca estivemos tão perto de fazer o acordo. Agora é, efetivamente, uma decisão política. Eu estou convencido disso, de que, se os políticos assumirem a suas responsabilidades, nós, em abril, teremos um acordo e todo mundo poderá ficar melhor.

Jornalista: Presidente, hoje de manhã, no seu discurso, o senhor disse que voltava para Davos por uma questão de necessidade política, fez uma rápida avaliação dos primeiros quatro anos do seu mandato, inclusive citando vários projetos sociais, como o Fome Zero, que não avançaram tanto quanto o senhor esperava. Por que isso aconteceu e, realmente, o que o senhor espera fazer daqui para frente para que isso avance?

Presidente: Avançaram mais do que eu esperava. Nós nos comprometemos a atender 11 milhões de famílias e atendemos 11 milhões de famílias. Eu penso que, do ponto de vista dos programas sociais, e é por isso a importância que eu dei de voltar a Davos, porque foi aqui a primeira vez em que, num discurso público, para um público muito heterogêneo, eu falei do programa Fome Zero. E o que nós fizemos de política social no Brasil desperta em mim a certeza de



que nós poderemos cumprir as Metas do Milênio até 2015.

O Bolsa Família vai continuar sendo fortalecido, a política de microcrédito, financiamento de alternativa de geração de emprego, vai ser muito arrojada. Nós agora vamos... Não é um PAC, mas um programa de política social unificando todas as políticas, melhorando aquelas que deram certo e melhorando, ainda mais, aquelas que não deram certo, ou tirando algumas que não deram certo. Então, eu queria vir aqui. Nós vamos apresentar, também, um programa de educação, porque eu acho que nós precisamos tirar o atraso. Se vocês analisarem a história da educação brasileira, vão perceber que nós tivemos presidentes que ficaram tempos no Brasil, que só fizeram uma universidade. Nós queremos fazer uma extensão universitária em cada cidade-pólo e queremos fazer uma escola técnica em cada cidade-pólo. Queremos, não, vamos fazer.

Jornalista: E a educação básica, Presidente?

Presidente: A educação básica, essa mais ainda. Qual é o problema da educação básica? É que ela é muito mais vinculada aos estados e muito mais vinculada às prefeituras, em algumas capitais, por exemplo. (inaudível) responsável pela educação básica. Então, o que o governo tem que fazer, é uma parceria muito forte com os prefeitos, não uma parceria de repassar o dinheiro, porque esse já é repassado. Com a aprovação do Fundeb, nós vamos poder avançar muito mais no ensino fundamental, sobretudo nos estados mais empobrecidos do País, e com a Universidade Aberta, nós vamos ter um processo de reciclagem dos nossos educadores, como nunca tivemos. Já temos 300 pólos e a nossa idéia é que, na medida em que um prefeito tenha a disposição de fazer um pólo de Universidade Aberta... é um pequeno espaço em que nós montaremos um laboratório de informática e essas aulas serão semipresenciais, ou seja, a cada tempo vai um professor da universidade lá



acompanhar.

Nós estamos com o compromisso, e eu repeti no meu discurso, de integrar o Brasil. Nós vamos fazer com que cada município tenha acesso à banda larga, portanto acesso à inclusão digital. Nós queremos que cada escola municipal brasileira tenha um laboratório, já começamos com as escolas técnicas, porque ou nós entramos nisso de corpo e alma e decidimos que esse é o caminho para colocar o Brasil no rol dos países desenvolvidos, ou nós ficamos discutindo a mesmice que se discute há 30 anos no Brasil, e que não resolve o problema. É por isso que eu estou convencido de que, na questão da educação básica, nós também vamos avançar muito.

Jornalista: Presidente, se os europeus comprarem etanol da África e os Estados Unidos comprarem da América Central, quem vai comprar do Brasil?

Presidente: Primeiro, ninguém tem dimensão do que significa os países ricos resolverem introduzir 5% de etanol na sua gasolina, ou seja, nós vamos precisar dobrar o que nós produzimos hoje, que é um volume de produção extraordinário. A preocupação não é essa. A preocupação que hoje está causando nas pessoas é se vai sobrar terreno para produzir alimentos. E nós, por responsabilidade, temos que saber que uma coisa não substitui a outra, ou seja, não faltará oportunidade para o Brasil. O Brasil, nesse ramo, é imbatível, tanto no etanol...

Jornalista: Os europeus têm preferências para a África, têm preferência...

Presidente: O Brasil é imbatível nesse negócio. Nós temos tecnologia, pelo menos 30 anos na frente de qualquer outro país e temos a matéria-prima mais barata. O flex-fuel hoje no Brasil é sucesso, acho que todos vocês que moram no Brasil, aqui, já tem um flex-fuel, que é mais econômico, dá mais opção, e eu



penso que se o mundo introduzir a gasolina e o mundo introduzir o biodiesel...

Jornalista: O etanol.

Presidente: O etanol e o biodiesel, nós teremos uma revolução verde no século XXI, em que não é incompatível que um mercado possa suprir o outro. O que é importante é que parte do dinheiro que nós gastamos hoje com o petróleo, que polui, nós vamos gastar com outro tipo de energia, que não polui, que gera mais empregos e, portanto, gera mais renda.

Ministro Celso Amorim: Para complementar o lado específico da pergunta do Rolf, na realidade, em grande parte, devido à ação que o Brasil moveu na OMC, esse programa preferencial em relação ao açúcar e, portanto, ao álcool, já não é tão importante assim na Europa.

Jornalista: Eu queria fazer uma pergunta chata sobre...

Presidente: Pergunta chata, não.

Porta-Voz: Deixa eu dar oportunidade só, antes de voltar a você, à colega da bolsa, ao Rolf fazer pergunta, porque nós não temos muito tempo, porque o helicóptero tem que sair.

Presidente: Eu tenho um problema com helicóptero.

Jornalista: Voltando à questão da Rodada de Doha, a França é quem mais segura a Europa em prol de um acordo? Os Estados Unidos, é viável, efetivamente, convencer Bush, por uma questão política, principalmente agora com a oposição comandando o Senado, levá-lo a aceitar tão rapidamente uma



mudança no (inaudível) e a França? O senhor acredita que esses dois países, efetivamente, têm êxito?

Presidente: Eu vou dar uma visão política e depois o Celso dá uma visão prática de quem negocia. Eu estou convencido de que se nós tivermos uma proposta, mínima que seja, e ela cair na aceitação da opinião pública mundial, dificilmente o Congresso americano irá votar contra. O Bush tem se mostrado favorável, em duas conversas que eu tive com ele. O Tony Blair disse que conversou com ele, e ele também se mostrou favorável, e nós temos que ter uma ação junto ao Congresso americano. Nós temos muitos amigos no Congresso americano, temos muita relação com os Republicanos e com os Democratas, nós temos que chamar os presidentes das Casas e conversar. É hora de agirmos enquanto interessados em que as coisas aconteçam. Eu acho que não haverá esse problema.

Ministro Celso Amorim: Os Estados Unidos também têm muito a ganhar. Tem muitos congressistas que apóiam as indústrias de serviço, que apóiam as indústrias de manufatura, e têm interesse em que a Rodada termine.

Jornalista: Enquanto se fala que a Rodada de Doha é política etc, as declarações da França são de que Davos não é local para negociar Doha. A intransigência parece total. O que se pode fazer, se é um grande país agrícola dentro da União Européia?

Jornalista 2: O senhor poderia complementar, o senhor falou que percebe que está muito perto de chegar a um acordo. Que sinal vocês têm, se todas as entrevistas que a gente vê do Mendelson, por exemplo, dizem que está fechado, que ele não tem mandato para negociar mais do que isso?



Presidente: Você não acha uma pequena contradição o Mendelson dizer isso e o Tony Blair ser o mais entusiasta da negociação?

Ministro Celso Amorim: Desculpe, mas acho que há uma má interpretação do que ele está dizendo. Na realidade, o que eles têm dito é o seguinte: tanto da parte dos subsídios agrícolas quanto da parte do acesso ao mercado, as propostas têm se aproximado, cada vez mais, da proposta do G-20. Esta é a verdade e este é o grande fato novo. A proposta de acesso aos mercados da União Européia é muito próxima da proposta do G-20. Tem umas exceções, tem produtos (inaudível), tem os detalhes técnicos que nós não vamos falar aqui, mas muito próxima. E como nós estamos falando de subsídios agrícolas, quando os Estados Unidos concordarem em descer 60%, por exemplo, dos subsídios permitidos na caixa amarela, pode ser 10% mais. Não há diferenças conceituais, nós estamos falando de números muito próximos quando você considera de onde a gente partiu. Nesse sentido é que é próximo.

Presidente: Só mais uma pergunta, eu tenho que me retirar por causa do helicóptero.

Jornalista: Eu queria perguntar para o senhor sobre a questão da Previdência Social, que o senhor citou hoje, quando falou de manhã, o senhor ressaltou o caráter de distribuição de renda e (inaudível) que tem na Previdência, hoje, mas o fato é que existe esse débito. Como, então, resolver essa questão? O senhor falou em gestão. Agora, gestão não resolve essa questão.

Presidente: O que eu quero é conceituar o problema que alguns dizem que é da Previdência Social. Se você pegar os números dos trabalhadores que contribuem para a Previdência Social e dos trabalhadores que recebem benefícios da Previdência Social, você percebe que não tem déficit. Onde é



que aparece o déficit da Previdência? A partir da Constituição de 1988, nós criamos uma política para estender aos trabalhadores rurais, que não tinham contribuído com a Previdência Social, direito à aposentadoria. Depois, nós criamos a LOAS, e depois criamos o Estatuto do Idoso. O que eu quero conceituar, apenas, é que o déficit é do Tesouro, não é da Previdência.

Nós constituímos um fórum, eu fiz um decreto constituindo um fórum, esse fórum é de membros do governo, dos empresários, dos trabalhadores, para que a gente se debruce, nos próximos seis meses, nessa questão da Previdência Social, fazer tudo o que for possível para apresentar uma proposta para as futuras gerações, porque você não pode mexer nos direitos adquiridos dos trabalhadores. E ver como introduzimos políticas que possam minimizar o déficit disso que eu chamo “política de seguridade social” e não “política de previdência social”, déficit que nós criamos e que, portanto, vamos ter que conviver com ele um tempo, até que a gente tenha uma melhoria na economia brasileira, para que esse déficit possa diminuir, e aumentem os contribuintes.

Essa lei que permite aos trabalhadores rurais receberem, ela tem que ter uma mudança, para que os trabalhadores passem a contribuir na área rural. Ela foi prorrogada por dois anos, a pedido dos trabalhadores, e nós achamos que nós próximos dois anos o Congresso também pode aprimorar, dentro do processo da Previdência Social, essa questão na área rural. Mas nós vamos ter que conviver com uma parte do déficit, porque foi uma política premeditada, criada na Constituição brasileira. E não pode o aposentado ficar sendo responsabilizado porque tem um déficit na Previdência.

Nós estamos fazendo um profundo trabalho de censo na Previdência Social. Nós queremos fazer uma gestão muito séria na Previdência, para minimizar, para diminuir todos os possíveis gastos que existam, além dos necessários. Mas o que eu quero é fazer um debate racional. E, de vez em quando, alguém aparece e fala: “Precisa diminuir, a mulher se aposenta muito cedo”. E eu tenho dito para os meus interlocutores: “Vai você mexer com as



mulheres, vai você propor para as mulheres”. “É porque o trabalhador está se aposentando muito cedo”. Mas é importante lembrar que muitos daqueles trabalhadores começaram com 14 anos. As pessoas não podem se esquecer de que nós não temos a situação que tem um país altamente desenvolvido. Então, nós vamos recriando as coisas com o tempo. Eu estou convencido de que tudo isso será resolvido na medida em que a economia brasileira for crescendo. E eu penso que nós, daqui a alguns anos, iremos perceber que a dívida pública não é tão grande, que o déficit da Previdência não é tão grande. É assim que a gente vai resolver.

A situação está muito tranqüila, eu estou realmente tranqüilo. Eu acho que nós vamos poder ter um segundo mandato muito próspero, não para o presidente Lula, mas para o Brasil, o Brasil está precisando disso. A gente não pode nunca esquecer que desde 1980, portanto há 26 anos, nós temos uma geração e meia que vive a discussão: 10 anos ouvindo dizer que era preciso ter a Constituição, que ia salvar o Brasil, não salvou; depois, 10 anos dizendo que era preciso combater a inflação, que ia salvar o Brasil, não salvou; depois, 10 anos ouvindo dizer que era preciso diminuir o papel do Estado, que o mercado regulava tudo, não resolveu. Porque não existe essa certeza absoluta e essas máximas absolutas em nada. É preciso construir, o Estado ter um papel, a iniciativa privada ter outra. Nós temos que ter compromisso com políticas sociais, com a parte mais pobre da sociedade.

Eu acho que o Brasil chegou a um nível, a um estágio de solidez da sua economia, que pode permitir à oposição, à situação e ao povo brasileiro acreditar que as condições estão dadas para o passo seguinte. Estão dadas, e vai depender só de nós, não depende de mais ninguém. Não depende mais do FMI, não depende mais do Clube de Paris, não depende mais do dólar americano, depende de nós. Nós aprendemos a crescer o mercado interno com o crescimento do mercado externo; nós aprendemos a ter superávit comercial, superávit de conta corrente; nós aprendemos a controlar a inflação.



Jornalista: Presidente, a sua frase lá, de momento, o (inaudível) acha, embora fosse específica, estivesse se referindo naquele momento, especificamente, à questão dos portos (inaudível), eu posso estendê-la ao crescimento econômico? Eu estava pensando nisso.

Presidente: Pode estender ao crescimento econômico. Não há nenhuma razão para o Brasil não crescer. Nós precisamos acabar com determinadas discussões teóricas e tentar entrar no mundo prático das coisas que têm que acontecer no Brasil. Para que você tenha crescimento econômico, tem que haver uma tendência do crescimento da demanda; para que tenha essa tendência de crescimento da demanda, é preciso que a gente tenha uma política de redução de juros, é preciso que a gente tenha o aumento do crédito no Brasil, é preciso que a gente faça com que as pessoas tenham mais acesso ao dinheiro. E, ao mesmo tempo, é essa demanda que vai permitir que os empresários nos apresentem mais oferta. O pior dos mundos é crescer a demanda, a oferta ser pequena e as pessoas tentarem aumentar preços. Aí, você vai ter um problema que nós já tivemos no Brasil em outro momento. Como eu tenho a convicção de que esse não é o caso no Brasil, hoje, nós vamos dar certo.

Eu só queria pedir para vocês o seguinte, escutem o que eu estou dizendo para vocês: nós vamos fazer a economia brasileira crescer de forma sólida, e um crescimento com distribuição de renda, porque esse é um dado, que eu disse hoje, que vocês não podem perder. Para mostrar a minha crença de que isso é possível, eu fui pegar o período do “milagre brasileiro”, de 68 a 73, e fui pegar o período de Juscelino, de 56 a 61. O que aconteceu naquele período? Você teve, nos dois momentos, um Plano de Metas do Juscelino, com forte entrada de capital estrangeiro no Brasil, você teve um crescimento médio de 7% e uma inflação média de 23%. Então, no “milagre brasileiro”, você teve



um crescimento médio de 10%, uma inflação que a gente nunca sabe quanto ela era de verdade, porque de vez em quando aparecia o Banco Mundial dizendo que ela estava sendo manipulada, mas o dado concreto é que ela era, em média, 15%.

Hoje, nós já conseguimos uma parte do sucesso que é controlar a inflação e, agora, nós temos que medir o crescimento da economia. E o desafio é fazer tudo isso fazendo política social, porque o fato de dizer que um país cresce 5%, 6%, 10%, é preciso saber: está havendo distribuição de renda? Se não estiver, esse crescimento não resulta em ganho para a sociedade, resulta em ganho para alguns investidores, para alguns empresários, mas (inaudível) na sociedade brasileira. Foi o que aconteceu no Brasil na década de 80 e nós achamos que isso agora não pode mais se repetir.

Jornalista: Presidente, eu acho que o senhor já deu um diagnóstico. Pelo que entendi, o senhor se refere especificamente à demanda de consumo?

Presidente: A demanda de consumo tem crescido muito no Brasil.

Jornalista: ...especificamente demanda de consumo?

Presidente: Não, veja, eu disse que para o País crescer precisa aumentar a demanda, está demorada a demanda de consumo.

Jornalista: Era essa a resposta.

Presidente: A demanda de consumo precisa crescer. Se o povo não compra, por que o Clóvis Rossi vai escrever a coluna dele todo dia? Então, precisa aumento do consumo para o povo comprar o jornal...



Jornalista: (inaudível) crescimento no Brasil...

Presidente: Hoje, nós não temos deficiência de oferta. Agora, obviamente, que se a demanda cresce mais do que a oferta, nós vamos ter e não queremos que tenha deficiência de oferta, porque senão o resultado será inflação. E para a oferta crescer, as pessoas também precisam compreender o seguinte: como é que age o mundo empresarial? Quando a economia começa a crescer, num primeiro momento, o empresário aumenta a hora-extra, antes dele ter a certeza de que vai fazer o investimento. Num segundo momento, se ele ainda tiver dúvida, ele faz um turno a mais na fábrica dele. Se ele fez hora-extra e resolveu o problema, se ele fez mais um turno e resolveu o problema, ele fala: bom, agora está na hora de fazer uma nova planta. Para isso é que nós desoneramos o investimento na construção de infra-estrutura, na construção de um novo prédio para incentivar as pessoas a fazerem.

Ministro Celso Amorim: A demanda do consumo gera uma demanda de investimento também.

Presidente: Lógico. O Furlan vai ficar aqui. O Furlan fará mais bem para a iniciativa privada continuando como ministro do que voltar para a iniciativa privada. Vai fazer mal para o governo, porque ele vai lá pedir financiamento para mim. Então, é melhor ele ficar no governo, ele ajuda mais a iniciativa privada.

Jornalista: (inaudível)

Presidente: Converse com o Furlan e com o Celso porque eles vão ficar aqui e eu vou ter que me retirar. Até a vista.